



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE

RELATÓRIO

RELATÓRIO DE DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE – 2018

Art. 23, § 1º, Resolução CNJ 201/2015

I – CONSOLIDAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

A temática socioambiental sempre foi defendida e valorizada pela administração desta Seção Judiciária, tendo sido realizadas algumas iniciativas mesmo antes da implantação do Planejamento Estratégico, cujos valores incluem a responsabilidade ambiental. Um exemplo disso é a parceria que existe, desde 2006, com a Associação dos Catadores de Produtos Recicláveis do Município de Rio Branco, através da adesão ao Projeto Catar. Isso demonstra a preocupação que sempre se teve com a destinação dos resíduos sólidos produzidos pelo corpo funcional, tanto em seu ambiente de trabalho, como em suas residências.

Como sabemos, só é possível alcançar resultados positivos através da mudança de hábitos e, para isso, é de suma importância o trabalho de conscientização das pessoas. Por isso, uma boa parte do trabalho refere-se às campanhas de conscientização, tais como campanhas estimulando o uso de canecas e garrafas reutilizáveis, em detrimento do uso de copos descartáveis; campanhas promovendo hábitos de apagar a luz e desligar o monitor de vídeo ao se ausentar do posto de trabalho; campanhas para redução de impressões ou utilização de impressão frente e verso. Por terem como objetivo a mudança de hábitos, essas campanhas são de caráter permanente.

Além das campanhas para estimular as mudanças de hábito, o Seram - Serviço de Apoio à Gestão Socioambiental tem trabalhado em conjunto com o Serco - Serviço de Comunicação e Memória Institucional, para a divulgação dos resultados alcançados, como forma de mostrar ao corpo funcional que a mudança de atitude gera resultados, e isso só pode ser conhecido se houver a publicação dos dados. Para isso, foi aberto o PAe Sei 0000152-72.2019.4.01.8001 para disponibilização dos dados para publicação no portal da Seccional. Além disso, O Serviço de Apoio à Gestão Socioambiental - Seram tem mantido atualizada a alimentação dos dados referentes ao Questionário Socioambiental do Sistema PLS-JUD do CNJ.

Como será verificado na apresentação dos dados referentes ao ano de 2018, no item II, houve uma evolução da Seção Judiciária do Acre no atingimento das metas do Plano de Logística Sustentável, o que demonstra o compromisso de todos com a responsabilidade socioambiental, mas que deve ser mantido e reforçado, para que não haja retrocesso nos resultados.

II – A EVOLUÇÃO DO DESEMPENHO DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS DO PODER JUDICIÁRIO COM FOCO SOCIOAMBIENTAL E ECONÔMICO, DE ACORDO COM O PREVISTO NO ANEXO I

a) Quadro Demonstrativo:

Meta	Atingida?	2017	2018	Resultados
Meta 1 - Reduzir o consumo de papel	SIM	1.756 resmas	1.288 resmas	-26,65%
Meta 2 - Reduzir o consumo de copos descartáveis	SIM	3.525 centos	2.825 centos	-19,86%
Meta 3 – Manter o consumo de água mineral até 2020	NÃO	4.942 embalagens	5.704 embalagens	+15,42%

Meta 4 - Reduzir o consumo de suprimentos de impressão (toner)	SIM	106 unidades	59 unidades	-44,34%
Meta 5 - Reduzir o consumo de energia elétrica em Kwh	SIM	1.286.655 kwh	1.166.033 kwh	-9,37%
Meta 6 - Reduzir o consumo de água e esgoto	SIM	5.228 m ³	3.437 m ³	-34,26%
Meta 7 - Ampliar a destinação de materiais diversos à reciclagem	SIM	1.204,30 kg	1.347,50 kg	+11,89%
Meta 8 - Ampliar a participação de servidores em ações de qualidade de vida no trabalho, solidárias e de inclusão (PNE)	SIM	110	204	+85,45%
Meta 9 - Reduzir o gasto com telefonia fixa e móvel	SIM	R\$ 54.005,75	R\$ 51.636,39	-4,39%
Meta 10 - Manter os gastos com vigilância	SIM	R\$ 926.638,58	R\$ 901.576,74	-2,7%
Meta 11 - Manter os gastos com limpeza, desconsideradas as repactuações	SIM	R\$ 455.967,38	R\$ 412.426,76	-9,55%
Meta 12 - Reduzir o valor gasto com reformas	SIM	R\$ 432.949,82	R\$ 0,00	-100%
Meta 13 - Reduzir a quantidade de km rodados	NÃO	20.349 km	21.410	+5,21%
Meta 14 - Reduzir os gastos com manutenção preventiva e corretiva	SIM	R\$ 41.345,00	R\$ 19.279,89	-53,37%
Meta 15 - Implantar pelo menos uma ação de sensibilização para cada tema definido na Resolução Presi 4/2016	NÃO	0	1	

b) Análise do quadro:

Com base nos resultados apresentados no quadro acima, verificamos que, das 15 metas do PLS-AC, **12 foram atingidas, o que representa 80% do plano**. Esse percentual representa um grande avanço da Seção Judiciária do Acre, especialmente em relação ao ano anterior, cujo percentual foi de 20%.

III – AVALIAÇÃO GERAL

Considerando que a composição atual da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável da Seção Judiciária do Acre – CGPLS-AC deve ser alterada em virtude da remoção de um de seus integrantes, está sendo submetida portaria com a nova composição ao Juiz Federal Diretor do Foro,

bem como portaria com a instituição dos grupos executivos, conforme preceitua a Resolução Presi 40/2017.

Após a publicação das referidas portarias, o Serviço de Apoio à Gestão Socioambiental convocará a primeira reunião da Comissão para o ano de 2019, com o objetivo de estabelecer um cronograma de reuniões e de atividades a serem executadas durante o exercício, entre as quais está incluída a revisão do PLS-AC. Além disso, será abordado o tema da capacitação, que se refere a uma das metas que não foram atingidas e é de suma importância para o atingimento de mais resultados positivos.

É o que temos a relatar.

Michela Melo D'Albuquerque Lima
Supervisora da Seção de Modernização Administrativa
Serviço de Apoio à Gestão Socioambiental

José Alves de Albuquerque
Diretor da Secretaria Administrativa

Herley da Luz Brasil
Juiz Federal Diretor do Foro
em exercício



Documento assinado eletronicamente por **Michela Melo Dalbuquerque Lima Benevides, Supervisor(a) de Seção**, em 27/02/2019, às 12:30 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **José Alves de Albuquerque, Diretor(a) de Secretaria Administrativa**, em 27/02/2019, às 12:32 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Herley da Luz Brasil, Diretor do Foro em exercício**, em 27/02/2019, às 14:07 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **7645468** e o código CRC **1B816545**.